



Contrato Administrativo nº 019 /2018 – ADSET/SEGPLAN

Contrato Administrativo que entre si celebram, de um lado, **Estado de Goiás**, por meio da **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento**, e, de outro lado, **MUNICÍPIO DE IPAMERI**, referente à regularização imobiliária das construções do **Ginásio de Esportes “Mucio Vaz”**, mediante estabelecimento de obrigações recíprocas, na forma abaixo:

Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 01.409.580/0001-38, neste ato legalmente representado pelo Procurador do Estado, nomeado pela Portaria nº 120/18 de 09/04/18, publicado no Diário Oficial nº 22.787 de 14/04/2018, **Carlos Augusto Sardinha Tavares Júnior**, inscrito no CPF/MF sob o nº 972.308.711-15 e na OAB/GO sob o nº 31.700, residente e domiciliado nesta Capital, nos termos do §2º do art. 47 da Lei Complementar nº 58/2006, alterada pela Lei Complementar nº 106/2006; com o intermédio da **Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN)**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.476.034/0001-82, com sede na Rua 82 N° 400, 7º Andar, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul, nesta Capital, ora representada por seu titular, **Joaquim Cláudio Figueiredo Mesquita**, brasileiro, divorciado, portador do RG nº MG-5452371, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 007.306.496-36, residente e domiciliado nesta Capital; e, de outro lado, **Município de Ipameri**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 01.763.606/0001-41, com sede administrativa na Avenida Pandiá Calógeras, nº 84, Centro, em Ipameri– Go CEP (75.780-000), representado, nos termos da Lei Orgânica do Município de Ipameri, pela sua prefeita **Daniela Vaz Carneiro**, brasileiro, casado portador do RG nº 1468419 2ª



via SSP-GO inscrito no CPF/MF sob o nº 842.733.641-15 residente e domiciliado em Ipameri-GO, bem como pelo Procurador do Município Sr. Rafael Fernandes Mussi, brasileiro, portador da OAB-GO nº 46486, inscrito no CPF nº 029.931.581-98, residente e domiciliado em Ipameri – GO, firmam o presente **Contrato Administrativo**, com observância à Lei estadual nº 18.602/2014, com redação acrescida pela Lei estadual nº 18.602/2014, com redação acrescida pela Lei estadual nº 19.188, de 29-12-2015, e Lei federal nº 8.666/93, e conforme consta do Processo Administrativo nº 201500046000083, referente à regularização imobiliária das construções do Ginásio de Esportes “Mucio Vaz”, localizado naquela municipalidade, mediante estabelecimento de obrigações recíprocas, na forma das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira: o ESTADO DE GOIÁS é o legítimo possuidor de boa-fé do Ginásio de Esportes “Mucio Vaz”, situado no Parque Municipal, as margens da GO – 307, Setor Universitário no Município de Ipameri / GO, registrado na matrícula nº **11031** no Cartório de Registro de Imóveis de Ipameri – GO. Sendo que referido prédio foi construído pela Administração Pública estadual, mediante recursos próprios, sobre o terreno alheio de propriedade do **Município de Ipameri**, e com aquiescência deste.

Parágrafo Primeiro: a mencionada acessão física assim se descreve e caracteriza: benfeitoria no padrão de Ginásio de Esportes possuindo área total construída de 1.508,37 m², (Um mil quinhentos e oito vírgula trinta e sete metros quadrados) em terreno com área medida de 209.600,00 m² e registrada de 209.600,00 m².

Parágrafo Segundo : as acessões correspondem à edificação padrão de um ginásio de esportes, com benfeitorias que apresentam as seguintes características: paredes em alvenaria, cobertura com estrutura metálica, telha metálica galvanizada, piso concreto rústico, arquibancada em alvenaria, 02(dois) banheiros (masculino e Feminino), com 02(dois) sanitários e 01 (um) vestiário.



01 (um) cômodo onde funciona a bilheteria; padrão de construção: galpão industrial, idade aparente 30 (trinta) anos, estado de conservação: reparos simples.

Cláusula Segunda: diante da vontade do ESTADO DE GOIÁS de transmitir ao MUNICÍPIO DE IPAMERI e deste receber a posse de boa-fé sobre o imóvel especificado na cláusula primeira, a fim de dar continuidade à destinação do bem às atividades de desporto e lazer da comunidade local, as partes resolvem pactuar as seguintes obrigações recíprocas.

Cláusula Terceira: o ESTADO DE GOIÁS obriga-se a devolver a posse do imóvel indicado com a edificação nele construída ao MUNICÍPIO DE IPAMERI no estado em que se encontra, sem exigir deste a indenização pela acessão física descrita na cláusula primeira, avaliada no valor de R\$ 634.158.64. (Seiscentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), conforme Laudo nº 342/2018, da lavra da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, e avaliação da Prefeitura Municipal de Ipameri.

Cláusula Quarta: o MUNICÍPIO DE IPAMERI recebe a posse do terreno e das acessões físicas nele erguidas no estado que se encontram, comprometendo-se a zelar por eles, conservá-los mediante manutenção preventiva e periódica, arcar com todas as despesas necessárias ao seu pleno funcionamento e destiná-los à prática esportiva e ao lazer da população local.

Parágrafo único: o cumprimento das obrigações indicadas no *caput* desta cláusula envolve, entre outras, as seguintes prestações:

- i) zelar pelo imóvel, mantendo-se em perfeito estado de conservação, limpeza e utilização;
- ii) responsabilizar-se por danos causados ao bem pelos seus usuários e terceiros;
- iii) executar manutenção periódica nas instalações físicas, elétricas e hidrossanitárias;



iv) arcar com as taxas e preços de serviços públicos relacionados ao imóvel, tais como, abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica etc.

Cláusula Quinta: o **Município de Ipameri** obriga-se a disponibilizar gratuitamente o Ginásio de Esporte “Mucio Vaz” ao **Estado de Goiás** por até 18(dezoito) dias por ano, sendo até 3 (três) dias por semana, mediante solicitação feita com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência.

Cláusula Sexta: o descumprimento da obrigação prevista na cláusula anterior dará lugar a execução forçada sem prejuízo da apuração e pagamento de indenização por perdas e danos, além das despesas processuais e honorários advocatícios.

Cláusula Sétima: em consequência do presente ajuste, ficam revogados atos administrativos ou negócios jurídicos que tenham por objeto a cessão ou permissão de uso do referido ginásio de esportes pelo **Estado de Goiás** ao **Município de Ipameri**, salvo as obrigações decorrentes da eventual utilização do “Cheque Moradia” emitido pela Agência Goiana de Habitação S/S – AGEHAB.

Cláusula Oitava: O presente Contrato vigorará por 10 (dez) anos.

Cláusula Nona: Fica a cargo do MUNICÍPIO DE IPAMERI proceder à averbação da construção na correspondente(s) matrícula(s) constante(s) no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Cláusula Décima: o presente contrato poderá ser rescindido na hipótese de descumprimento de qualquer das suas cláusulas.

Cláusula Décima Primeira: fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia/GO, com expressa renúncia a qualquer outro, para dirimir qualquer questão que derivar do presente contrato.



E, por estarem justos e contratados foi lavrado o presente instrumento que, após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes em 03(três) vias pelas partes.

Gabinete do Secretário de Gestão e Planejamento, em Goiânia (GO),
aos 18 dias do mês de MAIO de 2018.


Pelo Estado de Goiás:

CARLOS AUGUSTO SARDINHA TAVARES JÚNIOR
Procurador do Estado
Procurador-Chefe da Advocacia Setorial

JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA
Secretário de Gestão e Planejamento

Pelo Município de Ipameri

DANIELA VAZ CARNEIRO
Prefeito


RAFAEL FERNANDES MUSSI
Procurador do Município

18.05.2018

Dr. Rafael Fernandes Mussi
OAB/GO 46.486

Testemunhas:

1. _____

CPF nº _____

2. _____

CPF nº _____